

Novo enfoque da dívida

SOBRE a mesa do Ministro Dilson Funaro há uma proposta do México, trazida pelo Chanceler Bernardo Sepulveda Amor: uma reunião de Presidentes dos principais países devedores da América Latina, visando a encontrar uma estratégia comum de negociação da dívida externa com os bancos credores. Uma proposta em princípio interessante, mas até agora insuficientemente amadurecida, para que tal interesse se sobreponha ao exame criterioso das chances concretas de êxito de uma tal reunião de "notáveis".

O QUE poderia ser, com efeito, uma estratégia comum de negociação da dívida, além da declaração de intenções que usualmente encerra encontros presidenciais que ficaram muito aquém de seus propósitos e ambições? A condição comum de países devedores, ou a existência de projetos nacionais comprometidos indefinidamente pela continuada exportação líquida de divisas, constitui-se em fundamento aceitável de uma tal estratégia?

SE A remessa líquida de divisas é o efeito perverso de uma ordem econômica internacional que faz a América Latina sentir-se rebaixada a um estatuto quase colonial, não há estratégia que possa eliminá-la unilateralmente, ou descartá-la, sem condenar-se ao fracasso. E talvez ao pior dos fracassos: o de lograr, como único resultado, a representação da privação definitiva do auxílio da poupança externa, imprescindível a qualquer país em desenvolvimento.

O QUE é preciso examinar é o limite tolerável das remessas. E aqui começa a surgir um obstáculo sério à formulação de uma estratégia comum. Cada país devedor da América Latina tem sua capacidade própria de pagar, que

depende, por sua vez, do estágio respectivo de desenvolvimento e crescimento econômico, bem como das políticas internas em curso e da credibilidade que vierem a obter. Seria impossível chegar-se a um denominador comum em tal matéria; quem, ademais, iria cumprir o papel odioso de monitorar o cumprimento do pactuado?

SA BEMOS que, mesmo diante de uma crise generalizada, os países da América Latina têm, até agora, decidido por si sobre os rumos a adotar — o México à frente, em 1984. Sabemos ainda que, apesar do concerto de esforços, o Grupo de Cartagena, constituído pelos 11 países mais endividados da América Latina, não conseguiu ímpeto suficiente para suscitar qualquer reação animadora no grupo dos credores. Essa experiência deveria guiar o exame dos riscos de uma reunião de Presidentes, com o propósito de estabelecer uma estratégia comum, se jamais possível.

NÃO SE pode perder de vista, também, o peso da política norte-americana sobre a posição dos credores com relação aos países devedores, mesmo quando esses credores são bancos privados. Ora, a política de Ronald Reagan, buscando declaradamente uma divisão internacional do trabalho favorável aos Estados Unidos, é evidentemente seletiva: os problemas que Reagan vê nas relações com o Brasil — destacando a questão da informática e do protecionismo — não os vê nas relações com vários outros países.

NÃO É bem da falta de uma estratégia comum face à dívida externa que se ressentem os países da América Latina. A dívida externa precisa, certamente, ser discutida; menos, porém, por si e em si, e

mais dentro de um quadro amplo de referências: a iniquidade, o anacronismo, o despropósito, mais que a inadequação, da atual ordem econômica internacional.

AÍ SE encontrará a vocação do Brasil, no momento histórico atual e no quadro continental. Aí estará a oportunidade de elevar os laços que o prendem aos outros países latino-americanos a um nível ainda desconhecido e, entretanto, impostergável: modelar sobre as afinidades do mesmo passado histórico e sobre a sorte comum do presente uma política determinada para construção do futuro.

SE UMA reunião de Chefes de Estado latino-americanos objetivando uma estratégia comum de negociação da dívida externa, além de trazer de antemão a marca do impasse, resultaria em mais retração desconfiada dos credores e redundaria em frustração nossa, qualquer esforço sério em busca de um horizonte de crescimento solidário certamente seria um passo para aprimorar o nosso papel de interlocutores no diálogo Norte-Sul.

ESSE esforço seria pautado pelo que disse, na ONU, o Presidente José Sarney: a saída para as dificuldades atuais só pode ser encarada se renovada a opção pelo crescimento econômico. Em outras palavras: não pode haver ordem internacional que iniba a própria razão de ser de uma nação; não podendo haver, em consequência, solução honesta do problema da dívida externa compatível com a recessão e a estagnação, na miséria. Se o Presidente Reagan diz que país algum pode aspirar a desenvolver-se à custa dos outros, a afirmação só tem valor de princípio dentro de uma ordem econômica internacional que permita um desenvolvimento homogêneo, e de todos.